



O Cidadão como Co-Produtor da Notícia: Novos Desafios ao Jornalismo¹

Alfredo Eurico Vizeu Pereira Júnior²

Heitor Costa Lima da Rocha³

Giovana Borges Mesquita⁴

Universidade Federal de Pernambuco, Recife - PE

Resumo

Com o avanço das mídias digitais, vivenciamos no jornalismo um momento, onde homens e mulheres começam a deixar de ser “receptores passivos” da televisão, do rádio e dos jornais para interferirem de uma forma mais efetiva como “co-produtores” da notícia, tendo a possibilidade de serem co-participes na construção social da realidade. O presente artigo se propõe a refletir, a partir da perspectiva teórica construtivista, no caso da construção da notícia, sobre esse novo desafio ao jornalismo, procurando evidenciar algumas características deste fenômeno que vem tomando corpo na interação do campo jornalístico com a sociedade. As reflexões ao longo do artigo são resultantes do trabalho que estamos desenvolvendo no projeto de extensão “Jornalismo: Cidadão-Repórter-Cidadania”, na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em parceria com o jornal pernambucano Diário de Pernambuco.

Palavras-chave

Jornalismo; Teorias do Jornalismo; Cidadania.

Introdução

No Brasil, o campo jornalístico desempenha um papel central como fonte de informação primária, mais rápida, barata e cômoda para as pessoas se informarem sobre o seu cotidiano. Nesse processo, a atividade jornalística desenvolve uma pedagogia do

¹ Trabalho apresentado no GP Teoria do Jornalismo, X Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Caxias do Sul, 2 a 6 de setembro de 2010.

² Professor Dr. do Grupo de Pesquisa Jornalismo e Contemporaneidade do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (PPGCOM) da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, e-mail: vizeu@hotlink.com.br. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

³ Professor Dr. do Grupo de Pesquisa Jornalismo e Contemporaneidade do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (PPGCOM) da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, e-mail: heitor@nlink.com.br.

⁴ Doutoranda em comunicação pela UFPE, mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local pela UFRPE e vice-coordenadora executiva do projeto de extensão “Jornalismo: cidadão-repórter-cidadania”. Projeto coordenado pelos professores doutores Alfredo Vizeu(UFPE) e Heitor Rocha(UFPE) E-mail: giovanamesquita@yahoo.com.br



campo que contribui para as pessoas entenderem o mundo que as cerca. É através dos telejornais, revistas, jornais, rádio, televisão e Internet que a maioria dos brasileiros e brasileiras toma contato com o mundo que os cerca.

Nesse sentido, o jornalismo funciona como uma esfera pública que ocupa um lugar de referência, onde as pessoas - em meio à fragmentação e velocidade dos fatos e acontecimentos - encontram uma espécie de orientação nas sociedades complexas, “uma ilha de segurança”.

Apesar das pressões do campo econômico entendemos que um outro jornalismo é possível. É essa a preocupação do projeto de extensão “Jornalismo: Cidadão-Repórter-Cidadania”, vinculado ao Núcleo de Jornalismo e Contemporaneidade da Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em parceria com o Diário de Pernambuco, jornal mais antigo em circulação na América Latina, que possui um espaço denominado Cidadão Repórter.

Agimos no caminho de contribuir para a reflexão e a instrumentalização da sociedade, do ponto de vista prático e teórico, a fazer não só uma leitura crítica do jornalismo, mas a utilizar o espaço disponibilizado pelo Diário de Pernambuco como um lugar para a manifestação de cidadãos e cidadãs na construção de suas próprias formas de organização.

Sobretudo, num momento em que homens e mulheres passam a ter uma importância significativa como co-participes junto à mídia no processo de produção da notícia e também como um possível promotor de discussão sobre questões públicas. Mais do que cidadãos-repórteres é nossa preocupação contribuir para que a sociedade aumente sua participação no espaço público com o jornalismo possibilitando novos instrumentos para o exercício da cidadania.

O projeto “Jornalismo: cidadão-repórter-cidadania”

O projeto de extensão “Jornalismo: Cidadão-Repórter-Cidadania” foi iniciado em setembro de 2009. Vinculado ao Núcleo de Jornalismo e Contemporaneidade da Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), o projeto buscou uma parceria com o Diário de Pernambuco, jornal pernambucano pertencente ao grupo Associados, que desde 2007 colocou no ar um Fórum denominado Cidadão-Repórter, no qual, as pessoas podem discutir temas sobre cidadania, transporte, trânsito, cultura, saúde, segurança pública, entre outros, com espaço ainda para



publicação de fotos e vídeos feitos pelos internautas. Além do Fórum no portal Pernambuco.com, o Cidadão Repórter dispõe de um espaço na versão impressa do Diário de Pernambuco, às terças-feiras, no caderno Vida Urbana. O conteúdo postado no Fórum não é mediado pelo jornalista, mas pode interferir na pauta do jornal impresso, que é o mais antigo em circulação da América Latina.

Diante desse quadro, o projeto de extensão, que está sendo desenvolvido na UFPE se propõe a acompanhar, instrumentalizar e contribuir na formação desses cidadãos-repórteres com a preocupação de disponibilizar-lhes instrumentos para a produção de notícias, com a supervisão de jornalistas e estagiários de jornalismo.

Estão programadas como atividades do projeto: oficinas, seminários e eventos que permitam a circulação do conhecimento crítico sobre o campo jornalístico. Esses momentos de troca de conhecimento são propostos pelo Núcleo de Jornalismo e Contemporaneidade junto com os jornalistas do Diário de Pernambuco.

Além de instrumentalizar esses cidadãos e cidadãs, que passam a figurar como novos atores no processo de produção de notícias, outro objetivo do projeto de extensão é contribuir para que os cidadãos-repórteres conscientes de seus direitos se organizem e procurem reivindicar junto às instituições de direito (Executivo, Legislativo e Judiciário) seus pleitos, funcionando o jornalismo como um espaço de mediação e de ação nesse processo de conscientização, passando a ocupar um lugar ainda mais relevante na contribuição para o aperfeiçoamento da democracia.

Da “recepção passiva” a co-produção de notícias

Com o avanço das mídias digitais, vivenciamos no jornalismo um momento, que Chaparro (2009) denomina de uma “revolução das fontes”. Ou seja, homens e mulheres começam a deixar de ser “receptores passivos” da televisão, do rádio e dos jornais para interferirem e participarem de uma forma mais efetiva do processo de produção de conteúdos para as mídias. Chaparro (2009, p.7) destaca que “tendo o fato produzido e a sua notícia como principais ferramentas de ação, as fontes, antigamente passivas, se transformaram em instituições deliberadamente produtoras de conteúdos, por meio de fatos e falas noticiáveis”.

Jenkins (2008) observa que a Internet aumentou a possibilidade de participação, com a criação, a disseminação de notícias, de informações e conteúdos audiovisuais feitos pelos usuários. Essa nova prática, que possibilita ao cidadão comum poder ser co-



produtor de notícias, vem tomando forma na sociedade da informação, na fase denominada jornalismo digital de terceira geração, onde os *sites* jornalísticos incorporam outros *media*, sendo designados hipermediáticos. Onde a interatividade e a hipertextualidade acentuam-se com a convergência dos meios e buscam suprir as demandas dos cidadãos, de forma individualizada. A interatividade prevê oportunidades de participação do internauta para expressar opiniões, votar, enviar produções em vídeo ou em outros suportes, embora essa liberdade esbarre nos limites preestabelecidos individualmente pelos *sites* (MIELNICZUK, 2003).

Diante desse novo desafio, entendemos que o jornalismo ocupa um espaço importante na maneira com que os cidadãos e cidadãs percebem e organizam mentalmente o mundo ao seu redor precisa urgentemente, como destaca Chaparro (2007), descobrir, tomar consciência, se preparar para exercer os novos papéis que lhe cabem, em uma sociedade movida pelas energias da informação e pelos embates discursivos de instituições e pessoas que sabem o que dizer, como dizer e quando dizer.

Com o trabalho diário - permanente e em tempo real, no caso do *webjornalismo* - de oferecer informações a um público cada vez mais ávido de notícias, o jornalismo enfrenta uma relação denominada de “assimetria fundamental” com as fontes, que se constituem, geralmente, em “senhoras da situação, sobretudo quando representam o poder (representantes dos corpos constituídos do Estado) e o seu aparelho (a administração), ou os meios influentes no seio da sociedade”(CORNU,1999, p. 271).

Assim, as fontes estratificam-se em fontes oficiais, que usufruem um acesso privilegiado à pauta jornalística, e as demais que se encontram na periferia da estrutura de poder (movimentos sociais e o simples cidadão de uma maneira geral), sofrendo, quase sempre, uma exclusão sistemática do debate público articulado pelo jornalismo que compromete a representatividade e legitimidade da representação simbólica que constrói da realidade. Na tradição da teoria do agendamento, Molotch e Lester (1999) denominam as primeiras (a agenda política governamental) de promotoras da notícia, enquanto as demais são relegadas à agenda pública dos simples consumidores da notícia.

A mesma preocupação é manifestada na teoria estruturalista, por Hall (1999) e outros pesquisadores, que chegam a denunciar que, quase sempre, os jornalistas não são os definidores primários - e sim secundários - da notícia devido à sua dependência das informações estratégicas monopolizadas pelas autoridades do aparelho de Estado e das grandes corporações do mercado.



Devido à desigualdade existente entre as fontes oficiais e as demais dos movimentos sociais e simples cidadãos, as oportunidades de surgirem informações da periferia da estrutura de poder, que enriqueçam e confirmem maior representatividade ao espaço público articulado pelo jornalismo, em geral, só acontecem, segundo Habermas (1997), em situações de crise, quando o sistema de sanções e recompensas dos meios de controle sistêmicos não conseguem compensar as expectativas de maior legitimidade nas deliberações sobre as questões de interesse coletivo. Neste caso, verifica-se nas decisões o que Habermas classifica como modelo de iniciativa externa.

Usualmente, no entanto, prevalece o modelo de acesso interno à estrutura de poder, em que as deliberações são apenas comunicadas à sociedade, sem que tenham sido precedidas de uma discussão aberta na esfera pública, conforme o ideal republicano democrático do auto-governo dos cidadãos que formam a sociedade. Até mesmo quando o jornalismo investigativo ou a pressão dos cidadãos nos movimentos sociais conseguem institucionalizar no espaço público assuntos inconvenientes para a estrutura de poder (modelo de mobilização), ainda assim geralmente prevalece à lógica dos interesses particulares poderosos, já que estes setores possuem muito mais recursos para mobilizar apoios e adesões às suas pretensões. Contudo, é auspiciosa a constatação de que os cidadãos e os movimentos sociais, quando conseguem acesso à visibilidade jornalística, têm a capacidade de formar opinião e vontade política a ponto de tornar poder comunicativo às suas reivindicações e obrigar o Legislativo a transformá-las em leis e fazer o Executivo e o Judiciário cumpri-las.

Segundo Berger e Luckmann (2004), isso promove uma oxigenação do espaço público com a inclusão pelo jornalismo de “instituições intermediárias”, aquelas que conferem ao cidadão o direito de participar da construção de sentido e, conseqüentemente, da construção social da realidade, combatendo a crise de sentido alimentada pela tendência à alienação e anomia, que se verifica na modernidade.

São ‘intermediárias’ porque fazem a ponte entre o indivíduo e os padrões de experiência e ação estabelecidos na sociedade. Com a ajuda dessas instituições a própria pessoa colabora na produção e processamento do acervo social de sentido. Por isso, a reserva existente de sentido não é experimentada como imposta e prescrita autoritariamente, mas como oferta que foi formada pelo conjunto dos membros individuais da sociedade e que é passível de mudança (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 70).



Para Berger e Luckmann:

Somente quando as instituições intermediárias contribuírem para que os padrões subjetivos de experiência e de ação dos indivíduos participem da discussão e estabelecimento de sentido, será possível evitar que os indivíduos se sintam totalmente estranhos no mundo moderno; e somente então será possível evitar que a identidade das pessoas individuais e a coesão intersubjetiva das sociedades sejam ameaçadas ou, até mesmo, destruídas pela afecção de crises da modernidade. (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 90-91)

Berger e Luckmann (2004, p. 83) entendem que faz parte da responsabilidade dos meios de comunicação de massa “apoiar as instituições intermediárias no âmbito de um ‘mercado desregulado’ de oferta de sentido”, de maneira que realmente possam atuar “como geradoras e sustentadoras de sentido na conduta de vida dos indivíduos e na coesão de comunidades de vida” (BERGER; LUCKMANN, 2004, P. 74).

É com este compromisso que o trabalho de extensão está sendo desenvolvido, a partir do conceito do jornalismo como lugar de referência (VIZEU, 2005), para que o cidadão possa participar da produção do acervo social de sentido e da construção social da realidade, conferindo, ao mesmo tempo, sentido à sua vida e possibilidade de sentimento de pertencimento à sociedade.

A hipótese com que trabalha Vizeu (2005) é a de que o telejornalismo representa um lugar de referência para os brasileiros muito semelhante ao da família, dos amigos, da escola, da religião e do consumo.

A abordagem desenvolvida no trabalho de extensão, com o conceito de lugar de referência, evidencia a preocupação de estudar um novo fenômeno que desafia o jornalismo no processo de mudanças e transição que estamos vivendo: as novas relações que estão se estabelecendo entre a audiência e a produção jornalística. A perspectiva do jornalismo como um lugar de referência aponta hoje para um novo agente no processo que se pode denominar provisoriamente de “revolução das fontes”. Ou seja, cada vez mais observamos a construção de novas relações entre o público e campo de produção do jornalismo. Nesta perspectiva, procurou-se evidenciar algumas características deste novo fenômeno que vem tomando corpo na interação do campo jornalístico com a sociedade, com o objetivo de vislumbrar possibilidades de ampliação do lugar de referência estabelecendo-se uma ponte mais estreita entre a produção e o público, o que confere maior sentido e legitimidade social ao produto jornalístico.



Perspectiva teórica construtivista

O projeto de extensão insere-se na perspectiva teórica epistemológica e metodológica construtivista, no caso da construção da notícia, através do compromisso crítico com a legitimação social, a afirmação e a valorização da cidadania das pessoas, no qual se evidenciam os ideais de esclarecimento e iluminação que inspiram os melhores momentos dos profissionais de imprensa, desde os primórdios deste sistema de troca de informações generalizado que foi capaz de desenvolver uma racionalização pública sobre o exercício do poder, fazendo ruir o fundamento de legitimidade teocrático da monarquia e instituir a opinião pública como fonte única e exclusiva de legitimação das leis do Estado de direito democrático moderno.

Assim, entende-se que os pressupostos epistemológicos e metodológicos do construtivismo permitem vislumbrar uma consciência ética ao destacar a capacidade humana de participar da construção social da realidade e, assim, inculcar nas pessoas a necessidade de assunção de responsabilidade sobre o processo de deliberação e definição dos destinos da sociedade. Na verdade, as concepções holísticas, especialmente a teoria social funcionalista de inspiração positivista, não conseguem conceber uma ação humana racional direcionada para a crítica e a mudança social. Portanto, não há como não reconhecer nas teorias da ação, fundamentadas no paradigma construtivista, o mérito de identificar no ser humano a capacidade de reproduzir e/ou, também, transformar a realidade estabelecida na sociedade.

Esta capacidade transcendental do ser humano, porém, enfrenta o que Adorno (1985, p. 120-122) denomina de “idioma da naturalidade”, que cria “o paradoxo da rotina travestida de natureza”, procurando blindar a ordem institucional de questionamentos ao colocar “as formas reais do existente como algo de absoluto”. Para Barthes (2003, p. 151-152), a naturalização “transforma a história em mito”, uma vez que a torna “simultaneamente imperfeível e indiscutível: o tempo e o saber nada lhe podem acrescentar ou subtrair”, desta forma se constituindo na “função essencial do mito”. Assim, pode-se perceber a reificação como resultado do processo de naturalização, conforme a definição de Berger e Luckmann (1985, p. 122-123):



A reificação é a apreensão dos fenômenos humanos como se fossem coisas, isto é, em termos não humanos ou possivelmente super-humanos. Outra maneira de dizer a mesma coisa é que a reificação é a apreensão dos produtos da atividade humana como se fossem algo diferente de produtos humanos, como se fossem fatos da natureza, resultados de leis cósmicas ou manifestações da vontade divina. A reificação implica que o homem é capaz de esquecer sua própria autoria do mundo humano, e mais, que a dialética entre o homem, o produtor, e seus produtos é perdida de vista pela consciência. O mundo reificado é por definição um mundo desumanizado.

Neste processo de objetivação, o mundo social passa a ser percebido pelo homem como algo situado fora dele, como uma facticidade não-humana, e “os significados humanos não são mais entendidos como produzindo o mundo, mas como sendo, por sua vez, produtos da natureza das coisas” (BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 123). Exatamente como faz a teoria do espelho no jornalismo, ao tentar explicar como as notícias são com a afirmação de que é a própria realidade que assim as determina.

A reificação resultante da naturalização faz com que a ordem institucional como um todo seja aceita como uma fatalidade, bem como os papéis desempenhados pelos indivíduos:

Os papéis podem ser reificados da mesma maneira que as instituições. O setor da autoconsciência objetivado num papel é então também apreendido como uma fatalidade inevitável, podendo o indivíduo negar qualquer responsabilidade. A fórmula paradigmática desta espécie de reificação é a proposição ‘não tenho escolha neste assunto, tenho de agir desta maneira por causa de minha posição’, como marido, pai, general, arcebispo, presidente da diretoria, bandido ou carrasco, tal seja o caso. (BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 125).

No sentido contrário, o construtivismo apresenta um inegável componente ético ao chamar a atenção das pessoas para o fato de que têm a capacidade transcendental de transformar a si próprias e ao mundo participando da construção social da realidade. Uma vez cientes desta possibilidade construtiva, as pessoas não podem deixar de assumir a responsabilidade de exercer sua cidadania na discussão pública que o jornalismo articula sobre os rumos que a sociedade pode e deve tomar.



Considerações finais

Embora ainda em plena realização da pesquisa de campo, algumas questões já podem ser destacadas do projeto de extensão que estamos desenvolvendo. A primeira delas é de que o jornalismo pode desempenhar um papel importante na discussão pública mobilizando cidadãos e cidadãs para a discussão de temas como transportes; segurança; entre outros, que são relevantes na vida das pessoas. Esses cidadãos e cidadãs não jornalistas passam a ocupar um novo espaço no processo de produção da notícia como co-produtores da mesma, o que lança novos desafios ao Jornalismo. O repórter-cidadão, na falta de um conceito mais consistente, é um co-produtor da notícia e o jornalista neste processo permanece como o produtor da informação. Essa constatação vai de encontro ao que colocam alguns autores do fim do jornalismo e de que todos somos jornalistas.

Outra constatação importante do trabalho é que alguns cidadãos-repórteres formam grupos de discussão sobre temas de interesse coletivo. Nesse sentido, o jornalismo deu uma interessante contribuição na perspectiva de mobilizar as pessoas de uma forma que elas mesmas passem a se organizar e não vejam no jornalismo o lugar do Executivo, do Judiciário e do Legislativo. Cabe aos cidadãos e cidadãs intervirem e cobrarem das instituições políticas públicas, mas o jornal é um lugar que os cidadãos e cidadãs devem usar como veículo de denúncia do descaso, quando o poder público é acionado e não toma providências.

Por fim, entendemos que o trabalho de extensão pode abrir novos espaços para uma participação cada vez mais efetiva de cidadãos e cidadãs na produção da notícia, mais do que isso pode contribuir para uma retomada mais forte da discussão sobre o espaço público. Nesse processo, ainda em andamento, temos muito a aprender. Acreditamos que para conseguirmos contribuir para a criação de uma “via de mão dupla” entre cidadãos e cidadãs e os jornais ainda se vão alguns anos, mas os primeiros passos, rumo à construção democrática da sociedade, já estão sendo dados.

Referências

ABREU, J. B. de. **As manobras da informação**. Rio de Janeiro: Mauad, 2000.



ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

ALMEIDA FILHO, Hamilton. **A sangue-quente: a morte do jornalista Vladimir Herzog**. São Paulo: Alfa-omega, 2003.

BARROS FILHO, Clóvis; BARTOLOZZI, Pedro Lozano (colaborador). **Ética na comunicação: da informação ao receptor**. São Paulo: Moderna, 1995.

BARTHES, Roland. **Mitologias**. Rio de Janeiro: Difel, 2003.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. **Modernidade, pluralismo e crise de sentido: a orientação do homem moderno**. Petrópolis: Vozes, 2004.

CHAPARRO, Manuel. **Pragmática do Jornalismo: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística**. São Paulo: Summus, 2007.

_____, **Jornalismo: linguagem e espaço público dos conflitos da atualidade**. São Paulo, 2009. Inédito

CORNU, Daniel. **Jornalismo e verdade: para uma ética da informação**. Lisboa: Instituto Piaget Editora, 1999.

COTTA, Pery. **Calandra: o sufoco da imprensa nos anos de chumbo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

ELLIOT, Deni. **Jornalismo versus privacidade**. Rio de Janeiro: Nórdica, 1986.



FALLOWS, James. **Detonando a notícia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FERNANDO, Jorge. **Cale a boca, jornalista!** Petrópolis: Vozes, 1987.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HALIMIN, Serge. **Os novos cães de guarda**. Petrópolis: Vozes, 1998.

HALL, Stuart e outros. A produção social das notícias. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega Editoria, 1999.

JENKINS, H. **A cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2008.

MALCOM, Janet. **O jornalista e o assassino**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

MARCONDES FILHO, C. **Jornalismo: a saga dos cães perdidos**. São Paulo : Hacker, 2000.

MARX, Karl. **A liberdade de imprensa**. Porto Alegre: L&PM, 1980.

MATTOS, Sérgio. **O controle dos meios de comunicação**. Salvador: Edufba, 1996.

_____. **Censura de guerra: da Criméia ao Golfo Pérsico**. Salvador. Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado da Bahia, 1991.

MEDINA, Cremilda. **Profissão jornalista: responsabilidade social**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.



MELO, José Marques de. **Transformações do jornalismo brasileiro ética e técnica**. São Paulo: Intercom, 1994.

MIELNICZUK, L. **Jornalismo na web**: um estudo sobre o formato da notícia na escrita hipertextual. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas)- Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2003.

MOLOTCH, Harvey; LESTER, Marilyn. As notícias como procedimento intencional. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega Editoria, 1999.

MORETZSOHN, S. **Jornalismo em “tempo real”**: o fetiche da velocidade. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

NELSON, Chico; SANTOS, Nilton; NORONHA, Solange; MORETZSOHN, Sylvia(org.). **Jornalistas para quê?** (os profissionais diante da ética). Rio de Janeiro: SJPMRJ, 1989.

PEREIRA JUNIOR, A.E.V. **O Lado Oculto do Telejornalismo**. Florianópolis: Editora Calandra, 2005.

SILVA, J. M. da. **A miséria do jornalismo brasileiro**: as (in)certezas da mídia. Petrópolis: Vozes, 2000.

TARGINO, Graça. **Jornalismo Cidadão**: informa ou deforma? Brasília: IBICT /UNESCO, 2009.

VAZ, L. **A ética da malandragem**: no submundo do Congresso Nacional. São Paulo: Geração Editorial, 2005.